

**Atos Oficiais:**

**PORTARIA Nº 36.379, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024. REVOGAR** a Portaria nº. 36.061, de 07 de novembro de 2023 e **INSTAURAR** Processo Administrativo Disciplinar em face da funcionária **MARILENA DA SILVA**, Professor A, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, suposta violação ao artigo 107, Inciso II, da Lei Municipal nº. 4.217/1998, á vista do que consta nos autos do Processo Administrativo nº. 4580/2022. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Educação e Cultura, nomeada por meio da Portaria nº. 35.921, de 18 de Setembro de 2023, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei Municipal nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente: Nadia Rosana dos Santos Ferreira

Membros: Eliana de Almeida Marques

Andrea de Souza Santos Oliveira

Processo nº 4580/2022

**PORTARIA Nº 36.389, DE 05 DE MARÇO DE 2024. REVOGAR** a portaria nº 35.923, de 19 de setembro de 2023 e **INSTAURAR** Processo Administrativo Disciplinar em face do funcionário **PAULO MANFRINATTO**, Professor A, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, por suposta violação aos artigos 107, inciso II, 108, inciso XIV (primeira parte) e 232, inciso III, da Lei Municipal nº 4.217, de 17 de Dezembro de 1998 – Estatuto dos Funcionários Públicos e do Magistério do Município de Ribeirão Pires. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Educação e Cultura, nomeada por meio da Portaria nº. 36.387, de 05 de março de 2024, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei Municipal nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente: Nadia Rosana dos Santos Ferreira

Membros: Ana Lucia de Melo Silva

Andrea de Souza Santos Oliveira

Processo nº 1940/2022

**PORTARIA Nº 36.395, DE 08 DE MARÇO DE 2024. APURAR** os fatos acerca de conduta indisciplinar em face de Eduardo Cardoso Lima, conforme consta nos autos do Processo Administrativo nº 728/2024. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Educação e Cultura, nomeada por meio da Portaria nº. 36.387, de 05 de março de 2024, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei Municipal nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente: Nadia Rosana dos Santos Ferreira

Membros: Ana Lucia de Melo Silva

Andrea de Souza Santos Oliveira

Processo nº 728/2024

**PORTARIA Nº 36.396, DE 08 DE MARÇO DE 2024. REVOGAR** a Portaria nº. 36.057, de 06 de novembro de 2023 e **APURAR** os fatos envolvendo funcionários da Escola Municipal Engenheiro Carlos Rohm I, á vista do que consta nos autos do Processo Administrativo nº 3503/2023. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Educação e Cultura, nomeada por meio da Portaria nº. 36.387, de 05 de março de 2024, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei Municipal nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente: Nadia Rosana dos Santos Ferreira

Membros: Ana Lucia de Melo Silva

Andrea de Souza Santos Oliveira

Processo nº 3503/2023

**PORTARIA Nº 36.397, DE 08 DE MARÇO DE 2024. REVOGAR** a Portaria nº. 36.058, de 07 de novembro de 2023 e **APURAR** os fatos envolvendo funcionária da Escola Municipal Engenheiro Carlos Rohm, á vista do que consta nos autos do Processo Administrativo nº. 3231/2023. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Educação e Cultura, nomeada por meio da Portaria nº. 36.387, de 05 de março de 2024, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei Municipal nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente: Nadia Rosana dos Santos Ferreira

Membros: Ana Lucia de Melo Silva

Andrea de Souza Santos Oliveira

Processo nº 3231/2023

**PORTARIA Nº 36.417, DE 12 DE MARÇO DE 2024. ACOLHER** o parecer da Corregedoria Geral e **JULGAR PROCEDENTE** o relatório final, apresentado pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar, para apuração dos fatos narrados nos autos do Processo Administrativo nº 3322/2023 e **APLICAR** pena de Demissão, para o funcionário **DIOGO SANTANA BILHESKI**, Agente de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, nos termos do Artigo 120, Inciso VI da Lei Municipal nº. 4.217/98 - Estatuto dos Funcionários Públicos e do Magistério do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, por infringir os termos do Artigo 44, do mesmo diploma legal citado anteriormente. Processo nº. 3322/2023

**PORTARIA Nº 36.442, DE 27 DE MARÇO DE 2024. REVOGAR:** a Portaria nº. 33.904, de 19 de janeiro de 2022 e **NOMEAR** os funcionários abaixo relacionados para em cumprimento da Lei Federal nº 13.019 de 31 de Julho de 2014, constituírem a “**Comissão de Monitoramento e Avaliação**” conforme segue:

FABIO ANTONIO TEIXEIRA - PRESIDENTE

ANA LUCIA DE MELO SILVA – MEMBRO

ROSA MARIA BRESSANE DO NASCIMENTO – MEMBRO

RIVANE BESSON AMARO – MEMBRO

MARIA APARECIDA SILVA – SUPLENTE

ANDREA DE SOUZA SANTOS OLIVEIRA – SUPLENTE

NADIA ROSANA SANTOS FERREIRA – SUPLENTE

Processo nº 1169/2021

**PORTARIA Nº 36.464, DE 02 DE ABRIL DE 2024. ACOLHER** o parecer da Corregedoria Geral e **JULGAR PROCEDENTE** o relatório final, apresentado pela Comissão de Sindicância e Processo Administrativo, para apuração dos fatos narrados nos autos do Processo Administrativo nº 9277/2019 e **AUTORIZAR o ARQUIVAMENTO**, do Processo Administrativo nº. 9277/2019, nos termos do Artigo 159, Inciso II - “a”, da Lei Municipal nº 4.217/98 - Estatuto dos Funcionários Públicos e do Magistério do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. Processo nº. 9277/2019

**PORTARIA Nº 36.465, DE 02 DE ABRIL DE 2024. APURAR** os fatos relatados em face de Miguel Luís Filho, conforme consta nos autos do Processo Administrativo nº 5555/2023. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Sindicância da Secretaria de Assuntos Jurídicos, nomeada por meio da Portaria nº. 35.112, de 23 de dezembro de 2022, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente – Lelita Helena Lopes

Membros – Rosiane da Silva Santos

Marcos Sarro

Processo nº 5555/2023

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PIRES

### TERMO DE RERRATIFICAÇÃO

#### Onde lia-se

CONTRATADO: RENOV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, 026/2024, Contratação de empresa para pavimentação asfáltica, das ruas, trecho da Rua Alvorada, Rua Atalaia, Rua Baluarte, Rua Vicente de Paula Quintão – Vila Gomes – Bairro Aliança, R\$ 1.531.961,72, 24/01/2024, PC 5900/2023.

#### Leia-se

CONTRATADO: RENOV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, 026/2024, Contratação de empresa para pavimentação asfáltica, das ruas, trecho da Rua Alvorada, Rua Atalaia, Rua Baluarte, Rua Vicente de Paula Quintão – Vila Gomes – Bairro Aliança, R\$ 1.531.961,72. Data da Assinatura: 08/02/2024, Prazo de vigência: 240 dias. PC 5900/2023.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO SELEÇÃO PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

A Secretaria de Educação e Cultura torna pública a Convocação de Estagiários de **Pedagogia** para Contratação Temporária.

Serão realizados entrevistas, orientação e atribuição com os candidatos aprovados, respeitando a ordem classificatória.

### • NUTRIÇÃO – Edital 01/2024

Local: Sede da Secretaria de Educação e Cultura

Endereço: Av. Prefeito Valdério Prisco, nº 193, Centro – Ribeirão Pires;

Data: 29 de Abril de 2024 (Segunda-feira);

Horário: 8h30h

Classificação	Nome
1	Sirlei Ap Oliveira da Silva
2	Kelly Grandisoli de Melo

Comparecer para a entrevista com os seguintes documentos:

- RG
- CPF
- Certidão de casamento
- Declaração da faculdade com CNPJ e endereço da mesma (deve constar o ano/semestre do estudante)
- 2 fotos 3x4
- 2 comprovantes de residência (água ou luz) – xerox. Obs. Para a solicitação do Vale Transporte, o comprovante de residência deve constar no nome do próprio solicitante, do cônjuge ou do spais. Em caso do comprovante estar em nome de terceiros, faz-se necessário a apresentação de uma cópia do contrato de aluguel.

Ribeirão Pires, 25 de Abril de 2024.

### LEI Nº 6.988, DE 04 DE ABRIL DE 2024

**Institui o Programa Municipal De Inclusão Digital Para a Terceira Idade, no âmbito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Archeson Pedroza Teixeira)**

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art.1º** Fica instituído o Programa Municipal de Alfabetização Digital da Terceira Idade, no âmbito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, com o objetivo de promover a inclusão digital, capacitar e proporcionar o acesso à tecnologia para os idosos residentes no município.

**§1º** Entende como terceira idade aquela com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme definido pela Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

**§2º** Para os fins desta lei, entende-se por alfabetização digital a capacitação e o acesso efetivo dos idosos às tecnologias da informação e comunicação, visando promover a participação ativa na sociedade digital, reduzir a exclusão social e ampliar suas oportunidades de interação e aprendizado, como navegação na internet, utilização de redes sociais, comunicação online, segurança digital e utilização de aplicativos úteis no dia a dia.

**Art.2º** O Programa Municipal de Alfabetização Digital da Terceira Idade terá como diretrizes:

- I - Oferecer cursos de alfabetização digital adaptados às necessidades e habilidades específicas da terceira idade;
- II - Disponibilizar instrutores capacitados e recursos tecnológicos adequados para facilitar o aprendizado dos idosos;
- III - Promover a integração social e a troca de conhecimentos entre os participantes;
- IV - Estimular a participação ativa dos idosos na sociedade por meio do uso responsável e consciente da tecnologia.

**Art.3º** O município poderá estabelecer parcerias com instituições de ensino, organizações não governamentais e empresas do setor para fortalecer e ampliar as ações do programa.

**Art.4º** Decreto do Poder Executivo regulamentará a presente lei no que couber.

**Art.5º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 04 de abril de 2024 - 310º Ano da Fundação e 70º da Instalação do Município.

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**  
Prefeito

**RANGEL FERREIRA**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

**VICENTE C. SOUZA**  
Chefe de Gabinete do Prefeito

Processo Administrativo nº 1245/2024-PMRP.

Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

#### **LEI Nº 6.989, DE 05 DE ABRIL DE 2024**

**Dispõe sobre a Política Municipal para Redução do Consumo de Álcool e sua associação com a violência e criminalidade, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Paulo César Ferreira)**

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art.1º** Fica instituída na Estância Turística de Ribeirão Pires a Política Municipal para Redução do Consumo de Álcool e sua Associação com a Violência e Criminalidade.

**Art.2º** São diretrizes da Política Municipal para Redução do Consumo de Álcool e sua Associação com a Violência e Criminalidade:

- I - promover a interação entre Governo e sociedade, em todos os seus segmentos, com ênfase na saúde pública, educação, segurança, setor produtivo, comércio, serviços e organizações não-governamentais;
- II - estabelecer ações descentralizadas e autônomas de gestão e execução junto ao município;
- III - estimular para que as instâncias de controle social de âmbito municipal observe, no limite de sua competência, seu papel de articulador dos diversos segmentos envolvidos;
- IV - utilizar a lógica ampliada do conceito de redução de danos como referencial para as ações políticas, educativas, terapêuticas e preventivas relativas ao uso de álcool, em todos os níveis de governo;
- V - considerar como conceito de redução de danos, para efeitos desta Política, o conjunto estratégico de medidas de saúde pública voltadas para minimizar os riscos à saúde e à vida, decorrentes do consumo de álcool;
- VI - ampliar e fortalecer as redes locais de atenção integral às pessoas que apresentam problemas decorrentes do consumo de bebidas alcoólicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
- VII - estimular que a rede local de cuidados tenha inserção e atuação comunitárias, seja multicêntrica, comunicável e acessível aos usuários, devendo contemplar, em seu planejamento e funcionamento, as lógicas de território e de redução de danos;
- VIII - promover programas de formação específica para os trabalhadores de saúde que atuam na rede de atenção integral a usuários de álcool do SUS;
- IX - promover ações de comunicação, educação e informação relativas às consequências do uso de álcool;
- X - promover e facilitar o acesso da população à alternativas culturais e de lazer que possam constituir alternativas de estilo de vida que não considerem o consumo de álcool;

- XI** - incentivar a regulamentação, o monitoramento e a fiscalização da propaganda e publicidade de bebidas alcoólicas, de modo a proteger segmentos populacionais vulneráveis ao consumo de álcool;
- XII** - estimular e fomentar medidas que restrinjam, espacial e temporalmente, os pontos de venda e consumo de bebidas alcoólicas, observando os contextos de maior vulnerabilidade às situações de violência e danos sociais;
- XIII** - incentivar a exposição para venda de bebidas alcoólicas em locais específicos e isolados das distribuidoras, supermercados e atacadistas;
- XIV** - fortalecer sistematicamente a fiscalização das medidas previstas em lei que visam coibir a associação entre o consumo de álcool e o ato de dirigir;
- XV** - fortalecer medidas de fiscalização para o controle da venda de bebidas alcoólicas a pessoas que apresentem sintomas de embriaguez;
- XVI** - estimular a inclusão de ações de prevenção ao uso de bebidas alcoólicas nas instituições de ensino, em especial nos níveis fundamental e médio;
- XVII** - privilegiar as iniciativas de prevenção ao uso prejudicial de bebidas alcoólicas nos ambientes de trabalho;
- XVIII** - fomentar o desenvolvimento de tecnologia e pesquisa científicas relacionadas aos danos sociais e à saúde decorrentes do consumo de álcool e a interação das instituições de ensino e pesquisa com serviços sociais, de saúde, e de segurança pública;
- XIX** - criar mecanismos que permitam a avaliação do impacto das ações propostas e implementadas pelos executores desta Política;
- XX** - apoiar o desenvolvimento de campanha de comunicação permanente, utilizando diferentes meios de comunicação, como, mídia eletrônica, impressa, cinematográfico, radiofônico e televisivo nos eixos temáticos sobre álcool e trânsito, venda de álcool para menores, álcool e violência doméstica, álcool e agravos da saúde, álcool e homicídio e álcool e acidentes;
- XXI** - intensificar a fiscalização quanto ao cumprimento do disposto nos arts. 79, 81, incisos II e III, e 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- XXII** - Difundir a alteração promovida no Código de Trânsito Brasileiro pela Lei nº 11.275, de 7 de fevereiro de 2006, quanto à comprovação de estado de embriaguez;
- XXIII** - incentivar a inclusão do tema álcool e trânsito na grade curricular da rede pública de ensino;
- XXIV** - apoiar a fiscalização dos estabelecimentos destinados à diversão e lazer, especialmente para o público jovem no que se refere à proibição de mecanismos de indução ao consumo de álcool;
- XXV** - incentivar medidas de proibição para a consumação mínima, promoção e degustação de bebidas alcoólicas;
- XXVI** - incentivar medidas de regulamentação para horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais onde haja consumo de bebidas alcoólicas;
- XXVII** - Incentivar a capacitação de garçons quanto à proibição da venda de bebidas para menores e pessoas com sintomas de embriaguez;
- XXVIII** - Promover e facilitar o acesso da população a alternativas culturais e de lazer que possam constituir escolhas naturais e alternativas para afastar o público jovem do consumo do álcool.

**Art.3º** Os órgãos e entidades da administração pública municipal deverão considerar em seus planejamentos as ações de governo para reduzir e prevenir os danos à saúde e à vida, bem como as situações de violência e criminalidade associadas ao uso prejudicial de bebidas alcoólicas na população.

**Art.4º** A Política Municipal para Redução do Consumo de Álcool e sua Associação com a Violência e Criminalidade contém princípios fundamentais à sustentação de estratégias para o enfrentamento coletivo dos problemas relacionados ao consumo de álcool, contemplando a intersetorialidade e a integralidade de ações para a redução dos danos sociais, à saúde e à vida causados pelo consumo desta substância, bem como as situações de violência e criminalidade associadas ao uso prejudicial de bebidas alcoólicas na população brasileira.

**Art.5º** Compete ao Município, com a colaboração da sociedade, a proteção dos segmentos populacionais vulneráveis ao consumo prejudicial e ao desenvolvimento de hábito e dependência de álcool.

**Art.6º** Compete ao Município, com a colaboração da sociedade, a adoção de medidas discutidas democraticamente que atenuem e previnam os danos resultantes do consumo de álcool em situações específicas como transportes, ambientes de trabalho, eventos de massa e em contextos de maior vulnerabilidade.

**Art.7º** O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber.

**Art.8º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 05 de abril de 2024 - 310º Ano da Fundação e 70º da Instalação do Município.

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**  
Prefeito

**CLÓVIS VOLPI**  
Secretário de Saúde e Higiene

**RANGEL FERREIRA**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

**SANDRO TORRES AMANTE**  
**Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil**

Processo Administrativo nº 1243/2024-PMRP.

Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

**DECRETO Nº 7.489, DE 19 DE ABRIL DE 2024**

**Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, instituído pela Lei Municipal nº 6.993/2024, e dá outras providências.**

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

**DECRETA:**

**Art.1º** Ficam nomeados os membros abaixo para compor o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, instituído pela Lei Municipal nº 6.993, de 19 de abril de 2024.

**REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO**

**I. REPRESENTANTES DO TURISMO**

**TITULAR:** TALYTA NUNES DE CASTRO

**SUPLENTE:** PATRICK ALAN BARRETO SOARES

**II. REPRESENTANTES DA CULTURA**

**TITULAR:** ANA PAULA DA SILVA

**SUPLENTE:** MARCOS PAULO DA SILVA LOZANO

**III. REPRESENTANTES DO MEIO AMBIENTE**

**TITULAR:** MARIA HELENA CAVALLARI

**SUPLENTE:**

**IV. REPRESENTANTES DA EDUCAÇÃO**

**TITULAR:** JOÃO CARLOS FAVARO

**SUPLENTE:** NÁDIA ROSANA SANTOS FERREIRA

**REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL**

**I. REPRESENTANTES DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM**

**TITULAR:** DILMA CONCORDIO DO NASCIMENTO SOARES

**SUPLENTE:** CAIO CÉSAR FELIX MARIANO

**II. REPRESENTANTES DOS RESTAURANTES E BARES DIFERENCIADOS**

**TITULAR:** SIMONE SILVINA DE SOUSA

**SUPLENTE:** FABRÍCIA DA SILVA RODRIGUES

**III. REPRESENTANTES DOS AGENTES DE TURISMO**

**TITULAR:** CINTIA MEDEIROS FARIA

**SUPLENTE:** DANIELLE DUARTE

**IV. REPRESENTANTES DOS GUIAS E MONITORES DE TURISMO**

**TITULAR:** RODRIGO PAULINO AGUIAR

**SUPLENTE:** EVETE HARUHI SAWADA

**V. REPRESENTANTES DOS ARTESÃOS**

**TITULAR:** MARIA INÊS DOS SANTOS MOZELLI

**SUPLENTE:** HELOÍSA PEREZ SOBRINHO

**VI. REPRESENTANTES DOS PRODUTORES DE ALIMENTOS ARTESANAIS**

**TITULAR:** CLEUZA MARIA DE SALES QUEIROZ

**SUPLENTE:** ERNESTO GUARIENTO

**VII. REPRESENTANTES DO TURISMO RURAL**

**TITULAR:** HAMILTON ANTÔNIO RODRIGUES DE SOUZA

**SUPLENTE:**

**VIII. REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL**

**TITULAR:** RENAN ALVES DA SILVA

**SUPLENTE: FÁBIA BARBOSA DE PAULA SIMÕES**

**Art.2º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 19 de abril de 2024 – 310º Ano da Fundação e 70º da Instalação do Município.

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**  
Prefeito

**RANGEL FERREIRA**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

**EMERSON APARECIDO GILARDE**  
Secretário de Turismo

Processo Administrativo nº 6304/2013 - PM.  
Publicado no órgão de imprensa oficial.

Decreto Nº. 7.479 de 15 de março de 2.024.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar

Luiz Gustavo Pinheiro Volpi, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei nº. 6.936 de 13 de dezembro de 2023.

**DECRETA:**

Art. 1º- Fica aberto no Departamento de Controle Orçamentário da Secretaria de Finanças, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.598.024,79 (Dois milhões quinhentos e noventa e oito mil vinte e quatro reais e setenta e nove centavos) destinados a atender as seguintes dotações do orçamento vigente, assim classificadas:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	Valor
02.04.01	28.843.0000.0.18 0	3.2.91.21.00	Juros sobre a dívida por contrato intra-orçamentário	700.000,00
02.04.01	28.843.0000.0.18 0	4.6.91.71.00	Principal da dívida contratual resgatada intra-orçamentário	420.000,00
02.06.01	15.451.0026.1.21 6	4.4.90.51.00	Obras e Instalações	343.140,82
02.23.02	15.451.0021.2.21 2	3.3.90.30.00	Material de Consumo	300.000,00
02.24.02	12.365.0048.2.04 3	3.3.90.39.00	Outros Serv. Terc. Pes. Jurídica	180.069,00
02.24.03	12.361.0049.2.05 7	3.3.90.39.00	Outros Serv. Terc. Pes. Jurídica	500.000,00

02.24.04	13.392.0045.2.02 3	3.3.90.36.00	Outros Serv. Terc. Pes. Física	154.814,97
			<b>TOTAL</b>	<b>2.598.024,79</b>

Art. 2º- O valor do crédito adicional suplementar indicado no Artigo 1º, será coberto com:

R\$ 300.000,00 superávit orçamentário apurados;

e redução parcial das seguintes dotações do orçamento vigente, assim classificada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	Valor
02.04.01	28.843.0000.0.18 0	3.2.90.21.00	Juros S/A Dívida por Contrato	1.120.000,00
02.06.01	04.122.0010.1.26 4	4.4.90.51.00	Obras e Instalações	343.140,82
02.24.02	12.365.0048.2.03 9	3.3.50.39.00	Outros Serv. Terc. Pes. Jurídica	194.037,00
02.24.02	12.365.0052.2.06 8	3.3.90.30.00	Material de Consumo	215.806,00
02.24.03	12.361.0049.2.03 9	3.3.50.39.00	Outros Serv. Terc. Pes. Jurídica	261.032,00
02.24.03	12.361.0052.2.06 8	3.3.90.30.00	Material de Consumo	9.194,00
02.24.04	13.392.0045.2.02 3	3.3.90.39.00	Outros Serv. Terc. Pes. Jurídica	154.814,97
			<b>TOTAL</b>	<b>2.298.024,79</b>

Art. 3º- Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 15 de março de 2.024 – 310º.

Ano da Fundação e 70º da Instalação do Município.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI  
Prefeito Municipal

RANGEL FERREIRA  
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO  
Secretário de Finanças e Administração

Publicado no Órgão de Imprensa Oficial

Processo n.º 75 /2024

**CONVOCATÓRIA PARA A REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTE E ASSISTÊNCIA AO TRÂNSITO - FMTT.**

Data: 26 de abril de 2024 (sexta-feira). Horário: 15:00. Local: Sede do Departamento de Mobilidade Urbana, sito à Rua João Duarte, 56, bairro Jardim Pastoril, Ribeirão Pires, CEP: 09400-520. Informações: e-mail: [transito@ribeiraopires.sp.gov.br](mailto:transito@ribeiraopires.sp.gov.br), Telefone: 4825-5070. A reunião será somente para os membros.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PIRES

Em atendimento ao artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/1993:

**CONTRATADA: TERRA MIX PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA, 226/2024, contratação de empresa para construção da UBS do Jardim Serrano, R\$ 1.463.388,17, 22/04/2024, Prazo de Vigência: 24 meses, PC 5901/2023.**